Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

Página

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas 3

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas 6

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S/A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2022 Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. Todos os direitos reservados

Outros assuntos

Demonstrações contábeis dos valores correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós e emitimos relatório datado em 26 de abril de 2021 com ressalva relacionada à ausência de conciliação de adiantamentos e imobilizado em andamento para construção do parque solar, que foram conciliados durante o exercício corrente conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

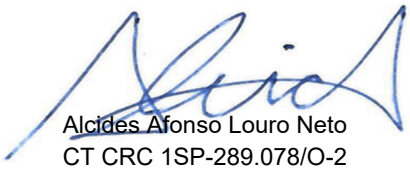
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de maio de 2022



Alcides Afonso Louro Neto
CT CRC 1SP-289.078/O-2

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

© 2022 Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. Todos os direitos reservados

Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores em R$)

ATIVO

		Companhia		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante					
Caixas e equivalentes de caixa	4	1.465.773	1.536.854	85.196.100	120.510.920
Contas a receber	5	-	-	10.002.460	28.112.940
Impostos a recuperar	6	10.692	123	26.917	15.916
Adiantamentos a fornecedores	7	-	-	3.978.906	6.517.752
Dividendos a receber	-	-	986.913	-	-
Outros ativos circulantes	-	5.347	-	4.230.788	856.096
Total ativo circulante		1.481.812	2.523.890	103.435.171	156.013.624
Ativo Não Circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	15.038.488	13.546.731
Impostos a recuperar	6	-	-	-	43.511
Mútuos coligadas a receber	-	2.900	2.900	46.743	46.472
Outros ativos não circulantes	8	-	-	1.939.890	13.900.000
Depósitos judiciais	9	-	-	316.414	338.680
Imobilizado	10	-	-	649.007.116	678.737.327
Intangível	11	-	-	16.018.190	13.811.487
Direito de uso de arrendamento	12	-	-	19.594.546	13.334.331
Investimentos	13	249.241.733	270.154.552	-	-
Ágio sobre investimentos	13	131.501	136.368	131.501	136.368
Total ativo não circulante		249.376.134	270.293.820	702.092.888	733.894.907
Total do ativo		250.857.946	272.817.710	805.528.059	889.908.531

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores em R$)

PASSIVO

		Companhia		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Circulante					
Fornecedores	14	8.087	-	4.398.751	11.785.999
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	30.729.389	27.752.574
Tributos a pagar	16	1.259	22.681	2.367.219	1.946.114
Adiantamento de clientes	18	-	-	-	17.813.154
Provisões	19	-	-	4.369.470	52.039.888
Outras contas a pagar	20	-	-	4.964.962	19.273.795
Dividendos a pagar	22.4	-	1.031.781	-	1.031.781
Arrendamento mercantil	12	-	-	80.299	52.945
Total passivo circulante		9.346	1.054.462	46.910.090	131.696.250
Passivo Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	486.548.654	467.168.336
Tributos diferidos	17.2	-	-	649.166	5.371.176
Provisões para contingências	21	-	-	286.915	286.915
Arrendamento mercantil	12	-	-	20.284.634	13.622.606
Total passivo não circulante		-	-	507.769.369	486.449.033
Patrimônio líquido					
Capital social	22.1	256.788.055	256.788.055	256.788.055	256.788.055
Reserva legal	22.2	965.629	965.629	965.629	965.629
Reserva de Lucros (Prejuízos) Acumulados	22.3	(6.905.084)	14.009.564	(6.905.084)	14.009.564
Total patrimônio líquido		250.848.600	271.763.248	250.848.600	271.763.248
Total do passivo		250.857.946	272.817.710	805.528.059	889.908.531

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A.

Demonstração dos resultados
para os períodos de dez meses findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores em R$)

		Companhia		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita Operacional Líquida	23	-	-	97.855.715	83.422.887
Custos na venda de energia	24	-	-	(39.429.668)	(34.436.410)
Lucro bruto		-	-	58.426.047	48.986.477
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	25	(107.630)	(120.934)	(3.380.690)	(2.846.650)
Outras receitas	26	-	272.128	2.307.655	497.961
Outras despesas	26	-	(20.275)	(368.820)	(1.411.715)
Resultado de equivalencia patrimonial	13	(21.899.732)	4.155.423	-	-
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro		(22.007.362)	4.286.342	56.984.192	45.226.073
Receitas (Despesas) Financeiras					
Receitas financeiras		61.820	101.321	4.212.273	10.448.749
Despesas financeiras		(887)	(1.081)	(77.812.639)	(44.191.663)
Total resultado financeiro	27	60.933	100.240	(73.600.366)	(33.742.914)
Lucro (Prejuízo) antes da tributação		(21.946.429)	4.386.582	(16.616.174)	11.483.159
IRPJ/CSLL corrente	17.1	-	(42.241)	(10.041.413)	(7.784.026)
IRPJ/CSLL diferido	17.1 e17.3	-	-	4.711.158	645.208
Total tributos sobre o lucro		-	(42.241)	(5.330.255)	(7.138.818)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(21.946.429)	4.344.341	(21.946.429)	4.344.341
Resultado por ação do capital social	22.5	(0,085)	0,017	(0,085)	0,017

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
para os períodos de dez meses findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores em R$)

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(21.946.429)	4.344.341	(21.946.429)	4.344.341
Mudanças nos valores justos de instrumentos de *Hedge*	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(21.946.429)	4.344.341	(21.946.429)	4.344.341

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores em R$)

	Nota	Capital Social	Adiantamento p/ Futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2019		146.470.796	470.795.263	748.412	10.893.493	-	-	628.907.964
Aumento de capital	23.2	470.795.264	(470.795.264)	-	-	-	-	-
Redução de capital	-	(360.478.006)	-	-	-	-	-	(360.478.006)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	4.344.341	4.344.341
Reserva Legal	23.3	-	-	217.217	-	-	(217.217)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(1.031.781)	(1.031.781)
Constituição de reserva de lucros	23.5	-	-	-	3.095.343	-	(3.095.343)	-
Complemento de reserva de lucros	23.5	-	-	-	20.728	-	-	20.728
Saldos em 31/12/2020		256.788.055	-	965.629	14.009.564		-	271.763.248
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(21.946.429)	-	(21.946.429)
Constituição de reservas de lucros por renúncia de dividendos obrigatórios do exercício anterior	22.4	-	-	-	1.031.781	-	-	1.031.781
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	(21.946.429)	21.946.429	-	-
Saldos em 31/12/2021		256.788.056	-	965.629	(6.905.084)	-	-	250.848.600

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
para os períodos de dez meses findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores em R$)

		Companhia		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(21.946.429)	4.386.582	(16.616.176)	11.483.159
Ajustes ao lucro:					
Depreciação e amortização	10,11 e 24	-	-	23.577.798	22.472.027
Amortização direito de uso	12 e 24	-	-	490.531	387.146
Provisão de juros - arrendamentos	12	-	-	1.607.273	1.340.670
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	(1.491.757)	-
Amortização ágio		4.867	4.867	4.867	4.867
Provisões		-	-	4.088.007	568.379
Resultado de equivalência patrimonial		21.899.732	(4.155.423)	-	-
Atualização depósitos judiciais	9	-	-	22.266	67.760
Baixas de ativo imobilizado		-	-	792.201	2.252
Baixa de ativo Intangível				115.940	
Troca em garantia - imobilizado		-	-	117.577	766.992
Tributos diferidos		-	-	(10.852)	(793.055)
Perdas de Créditos Não Liquidados		-	-	1.200	-
		(41.830)	236.026	12.698.874	36.300.199
Variação nos Ativos e Passivos					
Variação contas a receber		-	-	18.110.480	3.914.368
Variação impostos a recuperar		(10.569)	(22.103)	32.510	(15.149)
Variação adiantamentos à fornecedores		-	20.275	2.538.845	5.648.721
Variação outros ativos		(5.346)	-	9.274.601	(13.602.176)
Variação outras contas a receber		-	-	-	(43.570)
Variação fornecedores		8.087	(5.083)	(7.387.248)	(14.269.611)
Variação tributos a pagar		(21.423)	2.376	72.956	(73.157)
Variação outras contas a pagar		-	-	(14.308.833)	(25.765.189)
Variação adiantamentos de clientes		-	-	(17.813.154)	17.813.154
Caixa gerado (consumido) pelas operações		(29.251)	(4.536)	(9.479.843)	(26.392.607)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-		(9.693.262)	(7.583.080)
		-	-	(9.693.262)	(7.583.080)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		(29.251)	(4.536)	(6.474.231)	2.324.512
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado	10	-	-	(49.299.349)	(15.675.812)
Venda de ativo Imobilizado		-	-	-	40.791
Aquisição de ativo intangivel	11	-	-	(229.738)	-
Investimentos em coligadas	13	-	360.407.979	-	-
Dividendos a receber		-	3.548.530	-	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimento		-	363.956.509	(49.529.087)	(15.635.021)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos - captação principal e juros	15	-	-	75.782.020	108.325.099
Empréstimos e financiamentos pagos - principal	15	-	-	(29.055.506)	(12.204.544)
Empréstimos e financiamentos pagos - juros	15	-	-	(24.369.382)	(10.786.715)
Mútuos coligadas/controladas		-	1.342.627	-	40.125
Pagamento de arrendamento	12	-	-	(1.668.637)	(1.386.596)
(Redução) aumento de capital social	22.1	-	(360.478.006)	-	(360.478.006)
Dividendos pagos	22.4	-	(3.519.178)	-	(3.519.178)
Caixa (consumido) gerado nas atividades de financiamento		-	(362.654.557)	20.688.496	(280.009.814)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(71.081)	1.533.443	(35.314.821)	(293.320.324)
Variação de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.536.854	3.411	120.510.920	413.831.244
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	1.465.773	1.536.854	85.196.100	120.510.920
(=) Variação de caixa e equivalentes de caixa		(71.081)	1.533.443	(35.314.821)	(293.320.324)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

1. Contexto operacional

A Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A., pertencente ao grupo Solaire Direct Holding Brasil S.A. (“Grupo Engie Solar”) é uma Companhia anônima de capital fechado, constituída em 16 de novembro de 2016, com sede no estado de São Paulo, no município de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 716, Andar 2. A Companhia tem por objetivo social a participação no capital de outras Companhias.

Em 31 de julho de 2017, a Companhia adquiriu mediante instrumentos de “*Share Purchase Agreement*”, a incorporação das ações, passando a Companhia a controlar diretamente 100% do capital das Companhias Paracatu I, Paracatu II, Paracatu III, e Paracatu IV, (em conjunto denominadas “Paracatus”) detendo assim participação exclusiva na carteira de projetos de energia solar fotovoltaica, com capacidade instalada que totalizam 132MW. As Companhias Controladas têm o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar.

As suas controladas Paracatus, entraram em operação comercial em janeiro e fevereiro de 2019, conforme evidenciado abaixo:

- Paracatu I: a partir do dia 09 de janeiro de 2019, conforme despacho nº 038 de 08 de janeiro de 2019;
- Paracatu II: a partir do dia 09 de fevereiro de 2019, conforme despacho nº 388 de 08 de fevereiro de 2019;
- Paracatu III: a partir do dia 09 de janeiro de 2019, conforme despacho nº 039 de 08 de janeiro de 2019;
- Paracatu IV: a partir do dia 09 de janeiro de 2019, conforme despacho nº 040 de 08 de janeiro de 2019.

As suas controladas assinaram com a união, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir de sua celebração em 26 de abril de 2016, conforme publicação no Diário Oficial da União para construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

A contabilização da energia produzida pelas controladoras ocorre de forma mensal. De acordo com o PVA (Preço de Venda Atualizado), a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos são restituídos pela Companhia, enquanto desvios positivos, são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato.

Em 31 de dezembro de 2021, as demonstrações consolidadas apresentaram prejuízos acumulados no montante de R$ 6.905.084 sendo representados principalmente pelos impactos dos encargos financeiros/juros sobre os financiamentos obtidos junto ao BNDES em períodos posteriores ao início de suas operações. A continuidade operacional da Companhia é garantida pelos investidores do Grupo, os quais garantem o aporte de quaisquer recursos financeiros necessários para a continuidade das operações da Companhia, bem como a Administração tem aplicado esforços visando a otimização da estrutura financeira do grupo buscando minimizar os impactos das despesas financeiras de seu financiamento.

2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 20 de maio de 2022.

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica do OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas.
A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou do conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Companhia controla as Companhias mencionadas na Nota Explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas Companhias. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, os resultados das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre a Companhia e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;
- Participações no capital e lucro líquido do exercício das controladas;
- Eliminação dos investimentos na proporção das participações sobre o capital, reservas e lucros acumulados das Companhias consolidadas.

O exercício social das controladas é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre as Companhias controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas:

- **Notas Explicativas nºs 10 e 11 –** Depreciação e amortização;
- **Nota Explicativa nº 12 –** Realização do direito de uso do ativo;
- **Nota Explicativa nº 17 –** Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- **Nota Explicativa nº 21 –** Provisão para contingências.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Apresentação das demonstrações contábeis

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário será demonstrado como não circulante. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A Companhia considera uma aplicação financeira os recursos que possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com vencimento que pode variar de 90 dias a 5 anos, a contar da data da contratação. Em todas essas aplicações, a disponibilidade dos recursos é imediata e os valores contábeis são compatíveis com os valores de realização.

Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de livre movimentação temporários que possam ser sacados a qualquer momento sem riscos de alterações de valor.

As aplicações financeiras vinculadas são registradas no ativo não circulante e representam os saldos das contas reservas do serviço da dívida, ou seja, valores necessários para perfazer o montante equivalente a no mínimo três parcelas mensais de pagamento da dívida com o BNDES e/ou três meses de despesas decorrentes do contrato de operação e manutenção. Os mesmos são reclassificados para o ativo circulante de acordo com sua competência de realização.

3.3. Contas a receber

Mercado de curto prazo e energia reserva

Os contratos de compra e venda de energia celebrados no mercado - tanto no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) como no Ambiente de Contratação Livre (ACL) - devem ser registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que realiza a medição dos montantes efetivamente produzidos/consumidos por cada agente.

As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Assim, o Mercado de Curto Prazo é o segmento onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes e a Energia de Reserva referem-se ao contrato de venda de energia de reserva CER, celebrado no mercado junto a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) – alcançado mediante participação do 8º Leilão para contratação de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL, o que lhe conferiu outorga a gerar energia elétrica, mediante a operação das Centrais Geradoras Solar Paracatus, localizada em Paracatu-MG, com Potência instalada de 132MW.

Para a operação descrita acima, não há constituição de PECLD (Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa), pois a CCEE efetua os pagamentos mensais constantes em contrato, apurando eventuais diferenças entre a energia contratada e a fornecida ao final de cada ano do contrato, e aplicando os ajustes necessários no ano seguinte.

3.4. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de sua respectiva depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado de forma linear, com base na vida útil do Parque Solar, sendo calculada a partir da data em que o bem entra em funcionamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5. Intangível e Ágio

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados conforme Nota Explicativa nº 11 – Intangível e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (incluindo o ágio) sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Os gastos subsequentes de intangíveis são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.6. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Conforme previsto no contrato de concessão de uso, a partir do início da operação comercial da usina, o arrendatário pagará ao arrendador, remuneração mensal equivalente ao percentual definido sobre a receita bruta da usina, proporcional ao número de megawatts instalados no imóvel, decorrente da comercialização de eletricidade produzida na área objeto da concessão, durante o período de vigência.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Durante o período findo em 31 de outubro de 2021, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, intangíveis ou outros ativos não financeiros poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

3.8. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: **(i)** ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA); **(ii)** custo amortizado; e **(iii)** ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente para pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamento de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios para administrar ativos financeiros se refere a como a Companhia gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais, enquanto ativos classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixas contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução do valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa, depósitos bancários vinculados e instrumentos financeiros derivativos.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais de receber fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa a um terceiro nos termos de um contrato, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou o controle do ativo.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de:

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros e aos fornecedores.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são por padrão mensurados ao custo amortizado, exceto: **(i)** contratos de garantia financeira; **(ii)** compromissos de ceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; **(iii)** passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descasamento contábil ou se o grupo do passivo ser gerenciado ao valor justo.

Desreconhecimento (baixa)

A Companhia baixa um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.9. Obrigações trabalhistas e tributárias

Representam os valores de salários, férias, encargos trabalhistas, tributos e contribuições devidos pela Companhia na data do encerramento social do exercício.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das controladas são apurados com base no lucro presumido e a controladora com base no lucro real.

Correntes

São calculados individualmente por entidade de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis e são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial, quando os tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e serão quitados pelo valor líquido.

Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

3.11. Reconhecimento de receita

As receitas consolidadas da Companhia decorrem principalmente da geração e comercialização de energia elétrica, nos termos do contrato comercial. Enquanto não faturado, a receita pela geração de energia elétrica é reconhecida dentro de sua competência pelo montante gerado (medição) e seu faturamento é efetuado no mês subsequente.

3.12. Outras receitas/ despesas

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, nas demonstrações do resultado.

3.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação ou direito presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação ou ainda creditados e uma estimativa confiável do valor da obrigação ou direito possa ser feita.

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível. A Administração apoiada na opinião de seus assessores jurídicos legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia não possui contingências com probabilidade de perda provável. Desta forma não houve constituição de provisão para contingências.

3.14. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios.

3.15. Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado e apresentado nas demonstrações do resultado, através do lucro ou prejuízo líquido do exercício (básico e diluído) e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade de ações na data-base das demonstrações contábeis). A Companhia não possui itens diluidores do seu lucro líquido do exercício, apresentando, desta forma, apenas o lucro básico por ação.

3.16. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03(R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

3.17. Novas normas e interpretações

Não houve a aplicação de novas normas e intepretações no período findo em 31 de dezembro de 2021, que impactassem as operações da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Os Investimentos em aplicações financeiras estão representados por quotas de fundos de investimentos de curto prazo e renda fixa, com rendimentos próximos à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) e com disponibilidade diária e estão distribuídos conforme abaixo:

Circulante:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Bancos	-	-	10.508.025	13.138.980
Aplicações financeiras	1.465.773	1.536.854	74.688.075	107.371.940
Total	**1.465.773**	**1.536.854**	**85.196.100**	**120.510.920**

Não circulante:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Aplicações financeiras vinculadas (*)	-	-	15.038.488	13.546.731
Total	**-**	**-**	**15.038.488**	**13.546.731**

(*) As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante representam os saldos das contas reservas (exigência do BNDES), sendo:

- Conta reserva do serviço da dívida, valor necessário para perfazer o montante equivalente a no mínimo três parcelas mensais de pagamento da dívida com BNDES;
- Conta reserva O&M valor necessário para perfazer o montante equivalente a três meses de despesas decorrentes do contrato de operação e manutenção.

5. Contas a receber

O prazo de faturamento da Companhia é de 30 dias, razão pelo qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de energia.

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Energia de reseva	-	-	10.002.460	26.796.168
Mercado curto prazo	-	-	-	1.316.772
Total	-	**-**	**10.002.460**	**28.112.940**

O modelo do setor elétrico brasileiro conta, desde 2008, com a Energia de Reserva, destinada a elevar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional (SIN). A energia de reserva é oriunda de usinas especialmente contratadas para este fim, de forma complementar ao montante contratado no ambiente regulado (ACR).

A regulamentação do mecanismo deu-se pelo Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, e o início da comercialização ocorreu um ano mais tarde. A CCEE passou a representar os agentes de consumo desta energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes e pela gestão da Conta de Energia de Reserva.

Esta modalidade de contratação é formalizada mediante a celebração dos Contratos de Energia de Reserva (CER), entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE – na condição de representante dos agentes de consumo, incluindo os consumidores livres, aqueles referidos no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427/1996 e os autoprodutores.

Os Contratos de Uso de Energia de Reserva (CONUER) são celebrados entre a CCEE e os agentes de consumo – distribuidores, consumidores livres e consumidores especiais – em decorrência dos Contratos de Energia de Reserva (CER) – estes, celebrados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE.

Para a operação descrita acima, não há constituição de Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), pois a CCEE efetua os pagamentos mensais constantes em contrato, apurando eventuais diferenças entre a energia contratada e a fornecida ao final de cada ano do contrato, e aplicando os ajustes necessários no ano seguinte.

6. Impostos a recuperar

Representado por:

Circulante:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Imposto de Renda Retido na Fonte	10.564	-	10.564	-
Crédito de IRPJ 2016	-	-	890	864
Crédito de IRPJ 2017	-	-	12.968	12.562
Crédito de IRPJ 2019	128	123	128	123
INSS a Recuperar	-	-	2367	2.367
Total	**10.692**	**123**	**26.917**	**15.916**

Não circulante:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
ICMS a Recuperar (*)	-	-	-	43.511
Total	**-**	**-**	**-**	**43.511**

(*) Não houve alteração nos saldos representados nesta rubrica, pois o mesmo refere-se ao processo de restituição junto à SEFAZ-MG, referente recolhimentos indevidos, ocorridos durante o exercício de 2018.

7. Adiantamentos a fornecedores

Representado por:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
BYD Energy do Brasil	-	-	3.949.411	4.212.766
Soltec Brasil Industria	-	-	-	847.083
Steag Energy Services do Brasil Ltda	-	-	-	11.416
Energ Pow er Ltda	-	-	-	32.226
Prysmian Cabos e Sistemas	-	-	-	4.257
Ineo Tinea	-	-	29.495	-
GE Pow er	-	-	-	1.410.004
Total	**-**	**-**	**3.978.906**	**6.517.752**

8. Outros ativos não circulantes

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Performance Negativa SDBR (*)	-	-	-	13.900.000
Garantia Estendida Apropriar - GRID Solutions	-	-	1.939.890	-
Total	**-**	**-**	**1.939.890**	**13.900.000**

(*) O saldo refere-se ao valor de caráter punitivo relativo ao não cumprimento de cláusula contratual pela Solairedirect Brasil Energia e Consultoria Ltda., companhia do grupo, responsável pelo gerenciamento e performance das unidades geradoras de energia, a qual realizou a restituição em 28/07/2021.

Em 31/12/2021, a companhia possuía contrato firmado com a Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda. referente à Garantia Estendida sobre defeitos nos transformadores para o período de quatro anos a partir de 31/03/2021.

9. Depósitos judiciais

Representado por:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais	-	-	316.414	338.680
Total	**-**	**-**	**316.414**	**338.680**

Saldo representado substancialmente pelo processo judicial em trâmite perante a justiça estadual de MG – vara de Paracatu. Essa ação judicial está relacionada à discussão referente as propriedades em que passa a linha de transmissão do parque solar de Paracatu.

10. Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado está na demonstração a seguir:

Composição do ativo imobilizado

	Consolidado				
	31/12/2021				31/12/2020
Descrição	Taxa de depreciação (a.a. %)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Parque Solar	3,33	668.326.866	(60.558.308)	607.768.558	583.642.867
Subestação Consórcio	3,33	45.523.617	(4.411.455)	41.112.162	42.645.382
Moveis e Utensilios	6,50%	124.384	(5.170)	119.214	-
Equipamentos de Escritório	6,50%	7.545	(363)	7.182	-
Subtotal		**713.982.412**	**(64.975.296)**	**649.007.116**	**626.288.249**
Imobilizado em Andamento (*)		-	-	-	52.449.078
Total		**713.982.412**	**(64.975.296)**	**649.007.116**	**678.737.327**

Movimentação do ativo imobilizado

	Consolidado					
Descrição	**Saldo em 31/12/2020**	**Adições**	**Baixas (**)**	**Transferências (***)**	**Depreciações**	**Saldo em 31/12/2021**
Parque Solar	583.642.866	49.167.420	(909.778)	(2.762.310)	(21.369.638)	607.768.560
Subestação Consórcio	42.645.383	-	-	-	(1.533.223)	41.112.160
Moveis e Utensilios	-	124.384	-	-	(5.170)	119.214
Equipamentos de Escritório	-	7.545	-	-	(363)	7.182
Subtotal	**626.288.249**	**49.299.349**	**(909.778)**	**(2.762.310)**	**(22.908.394)**	**649.007.116**
Imobilizado em Andamento (*)	52.449.078	-	(52.449.078)	-	-	-
Total	**678.737.327**	**49.299.349**	**(53.358.856)**	**(2.762.310)**	**(22.908.394)**	**649.007.116**

(*) Imobilizado em andamento refere-se às aquisições e transferências de equipamentos para conclusão da construção dos parques solares. Em julho de 2021, o valor provisionado referente ao imobilizado em andamento foi faturado pelo fornecedor. A provisão foi revertida e o valor do documento fiscal foi contabilizado para compor o custo do Parque Solar.

(**) As baixas do parque solar referem-se à venda de Módulos para outras empresas do grupo Engie Paracatu, troca de equipamentos em garantia e cancelamento de notas fiscais reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundos de períodos passados.

(***) As transferências do parque solar referem-se à substituição de placas e equipamentos em garantia, bem como reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundos de períodos passados. Em agosto de 2021, o valor do software SCADA foi reclassificado para o intangível.

11. Intangível

Representado por:

Composição do ativo intangível

	Consolidado					
			12/2021			2020
Descrição	**Taxa de amortização (a.a. %)**	**Vida Útil (anos)**	**Custo**	**Amortização Acumulada**	**Valor Líquido**	**Valor Líquido**
Projeto Parque Solar	3,33	30	14.787.013	(1.468.426)	13.318.587	13.811.487
Softw are SCADA	3,33	30	2.876.109	(176.506)	2.699.603	-
Total			**17.663.122**	**(1.644.932)**	**16.018.190**	**13.811.487**

Mutação do ativo intangível

	Consolidado					
Descrição	**Saldo em 31/12/2020**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (*)**	**Amortizações**	**Saldo em 31/12/2021**
Projeto Parque Solar	13.811.487	-	-	-	(492.901)	13.318.586
Softw are SCADA	-	229.740	(115.940)	2.762.310	(176.506)	2.699.604
Total	**13.811.487**	**229.740**	**(115.940)**	**2.762.310**	**(669.407)**	**16.018.190**

Os valores constantes na conta intangível são registrados pelo custo de aquisição reduzidos da amortização acumulada apurada no método linear com relação a vida útil do parque solar e refere-se à aquisição de projeto para construção do parque solar no município de Areia Branca, adquirido junto a Solatio Energia. Em agosto de 2021, o valor do software SCADA que compunha o valor do Parque Solar foi reclassificado para o intangível, bem como a respectiva amortização. O intangível possui vida útil com base no contrato de operação comercial do parque solar.

12. Direito de uso de arrendamento

Representado por:

Composição do direito de uso de arrendamento

	Consolidado						
	12/2021						2020
Descrição	Taxa de desconto anual	Prazo (anos)	Direito de uso	Renegociação do contrato de arrendamento	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Contrato de aluguel	10,20%	35	13.721.477	6.750.746	(877.677)	19.594.546	13.334.331
Total			**13.721.477**	**6.750.746**	**(877.677)**	**19.594.546**	**13.334.331**

O contrato é atualizado anualmente com base no IGP-M/FGV. A taxa considerada na renegociação em 2021 foi de 37,06%.

Movimentação do arrendamento mercantil - passivo circulante

			Consolidado					
			2020	12/2021				
Descrição	Taxa de desconto anual	Prazo (anos)	Valor Líquido	Renegociação do contrato	Amortização Aluguel	Amortização Encargos	Transferências	Valor Líquido
Contrato de aluguel	10,20%	35	52.945	20.793	(1.668.637)	1.607.273	67.925	80.299
Total	**10,20%**	**35**	**52.945**	**20.793**	**(1.668.637)**	**1.607.273**	**67.925**	**80.299**

Obs.: O valor classificado no circulante é consideravelmente inferior ao não circulante no início do arrendamento em decorrência do alto volume de juros incluídos nas primeiras parcelas diante do longo prazo do contrato de arrendamento. Isso tende à uma inversão ao longo dos últimos anos do contrato.

Movimentação do arrendamento mercantil - passivo não circulante

			Consolidado				
			2020	12/2021			
Descrição	Taxa Anual	Prazo (anos)	Valor Líquido	Renegociação do contrato	Transferência Aluguel	Transferência Encargos	Valor Líquido
Contrato de aluguel	10,20%	35	13.622.606	6.729.953	(1.668.637)	1.600.712	20.284.634
Total	**10,20%**	**35**	**13.622.606**	**6.729.953**	**(1.668.637)**	**1.600.712**	**20.284.634**

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados pela taxa de captação incremental do arrendatário em 1º de janeiro de 2019. Essa taxa foi calculada com base na taxa de captação incremental do Grupo ajustada de acordo com o CPC 06 (R2), levando em consideração: o ambiente econômico das subsidiárias e, em particular, seu risco de crédito, a moeda na qual o contrato foi concluído e a duração restante do contrato em 1º de janeiro de 2019. A metodologia aplicada para determinar a taxa de empréstimo incremental reflete o perfil dos pagamentos da locação (método de duração). A taxa de empréstimo incremental média ponderada aplicada aos passivos de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019 era de aproximadamente 10,20%, e a mesma continua para o ano de 2020 e para o ano de 2021.

No exercício de 2021, o cálculo do arrendamento mercantil foi reavaliado em decorrência da Performance Negativa entre a energia contratada e a energia entregue para a CCEE, considerando que a receita fixa de energia de reserva e a penalidade é base para cálculo do arrendamento.

O período de vigência do contrato junto ao locador é conforme segue:

- Paracatu I – 01/02/2019 a 31/12/2053;
- Paracatu II – 01/03/2019 a 31/01/2054;
- Paracatu III – 01/02/2019 a 31/12/2053;
- Paracatu IV – 01/02/2019 a 31/12/2053.

A Companhia apresenta no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

	Valor (R$)
2022	1.994.299
2023	1.994.299
2024	1.994.299
2025	1.994.299
2026	1.994.299
Entre 2027 a 2030	9.971.491
2031 a 2054	45.135.507
Parcelas não descontadas	**65.078.493**
Juros embutidos	(44.713.560)
Saldo passivo de arrendamento em 2021	**20.364.933**

13. Investimentos e Ágio sobre investimentos

O investimento relativo à aquisição da Paracatu I, Paracatu II, Paracatu III e Paracatu IV, correspondente a 100% de participação no Capital Social.

O resultado de Equivalência Patrimonial refere-se a 100% do resultado das investidas.

A aquisição, ocorrida em 31 de julho de 2017, resultou em ágio por expectativa de rentabilidade futura, conforme abaixo que será amortizado (fiscalmente apenas) quando da geração de lucros tributáveis futuros pelo período de licença concedido pelo Ministério de Minas e Energia para a exploração econômica dos parques solares.

a) A composição é como segue

	Companhia	
	12/2021	**12/2020**
Participações societárias permanentes	271.141.465	266.986.042
Avaliação pelo método de equivalência patrimonial	(21.899.732)	4.155.423
Dividendos a receber	-	(986.913)
Subtotal	**249.241.733**	**270.154.552**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	131.501	136.368
Total	**249.373.234**	**270.290.920**

b) A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Renúncia dos dividendos	Saldo em 31/12/2021
Engie Solar Paracatu I	64.532.363	(5.417.202)	8.759	59.123.921
Engie Solar Paracatu II	67.243.995	(5.175.131)	455.234	62.524.098
Engie Solar Paracatu III	73.827.828	(5.578.642)	208.115	68.457.300
Engie Solar Paracatu IV	64.550.366	(5.728.757)	314.805	59.136.413
Total	**270.154.552**	**(21.899.732)**	**986.913**	**249.241.733**

Em assembleia realizada no dia 30/04/2021 os acionistas renunciaram o recebimento dos dividendos obrigatórios apurados em 2020. O saldo de dividendos a pagar foi revertido e destinado à conta de reservas de lucros no balanço das controladas e revertido na controladora do saldo de dividendos a receber para o saldo de investimentos.

c) Informações das controladas:

	12/2021					
	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízos	Partipação
Engie Solar Paracatu I	60.411.000	197.798.465	138.674.544	59.123.921	(5.417.202)	100%
Engie Solar Paracatu II	63.311.000	200.989.840	138.465.741	62.524.099	(5.175.131)	100%
Engie Solar Paracatu III	70.062.596	206.695.742	138.238.442	68.457.300	(5.578.642)	100%
Engie Solar Paracatu IV	61.011.000	198.427.801	139.291.387	59.136.413	(5.728.757)	100%
Total	**254.795.596**	**803.911.848**	**554.670.114**	**249.241.733**	**(21.899.732)**	

14. Fornecedores

Representado por:

	Companhia		Consolidado	
	12/2021	12/2020	12/2021	12/2020
Fornecedores de Equipamentos	-	-	4.314.220	11.711.822
Fornecedores de Serviços	8.087	-	84.531	74.177
Total	**8.087**	-	**4.398.751**	**11.785.999**

A totalidade dos saldos é representada por fornecedores de equipamentos necessários para construção e funcionamento dos parques solares e desempenho de seu objeto social, bem como também por fornecedores de prestação de serviços, necessários para manutenção e bom desempenho dos mesmos em suas operações.

Os valores constantes na conta fornecedores referem-se a obrigações com Fornecedores Nacionais e sua liquidação prevista para período inferior a 365 dias.

15. Empréstimos e financiamentos

Representado por:

Movimentação do financiamento

	Consolidado		
	Circulante	**Não Circulante**	**Total**
Saldos em 31/12/2019	**21.550.315**	**388.036.758**	**409.587.073**
Captação BNDES - principal	3.757.107	63.244.613	67.001.720
Captação BNDES - juros incorridos	41.323.377	-	41.323.377
Transferências	(15.886.965)	15.886.965	-
Amortização de principal	(12.204.546)	-	(12.204.546)
Amortização de juros	(10.786.714)	-	(10.786.714)
Saldos em 31/12/2020	**27.752.574**	**467.168.336**	**494.920.910**
Captação BNDES - principal	-	-	-
Captação BNDES - juros incorridos	75.782.020	-	75.782.020
Transferências	(19.380.318)	19.380.318	-
Amortização de principal	(29.055.505)	-	(29.055.505)
Amortização de juros	(24.369.382)	-	(24.369.382)
Saldos em 31/12/2021	**30.729.389**	**486.548.654**	**517.278.043**

Vencimentos do financiamento

	BNDES
2022	30.729.389
2023	30.729.389
2024	30.729.389
2025	30.729.389
2026 a 2030	153.646.944
2031 a 2038	240.713.543
Empréstimo e financiamentos	**517.278.043**

15.1. Liberação de recursos

Em 2019, O BNDES abre à companhia, crédito total no valor de R$ 414.898.279, créditos estes que foram postos à disposição da companhia parceladamente, depois de cumpridas as condições de liberação referidas nas cláusulas de seu contrato, em função das necessidades para a realização do projeto financiado, respeitadas a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional.

Em março de 2020, o BNDES liberou o montante de R$ 67.001.721, destinados a UFV Paracatu I, UFV Paracatu II, UFV Paracatu III e UFV Paracatu IV, localizadas no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais dos empréstimos e financiamentos e não apresenta nenhum tipo de *Covenants* em seus contratos devido ao fato de que os mesmos possuem garantias reais dos bens financiados.

15.2. Taxas de juros

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,98% (dois inteiros e noventa e oito centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), pelo spread do BNDES de 1,94% ao ano e variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) *pro rata temporis*.

15.3. Garantias da operação

A liberação da colaboração financeira, além do cumprimento, no que couber, das condições previstas nos artigos 5º e 6º das "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES" retro mencionadas, e das estabelecidas nas "Normas e Instruções de Acompanhamento", a que se refere o artigo 2º das mesmas "Disposições", fica sujeita ao atendimento do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios com notificação à CCEE e da penhora dos respectivos ativos.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas foram estabelecidas as seguintes garantias:

i) A Solairedirect Holding dá, ao BNDES, em penhor, a totalidade de suas ações atuais e futuramente detidas, de emissão da Paracatu Holding, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social da Paracatu Holding, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pela mesma;

ii) A Paracatu Holding dá ao BNDES em penhor, a totalidade de suas ações atuais e futuramente detidas, de emissão das Beneficiárias, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social das Beneficiárias, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pelas mesmas;

iii) As Beneficiárias dão em penhor ao BNDES, os módulos fotovoltaicos e inversores relativos ao Projeto;

iv) As Beneficiárias cederão fiduciariamente ao BNDES:

- **a)** Os direitos creditórios provenientes dos Contratos de Energia de Reserva ("CERs") celebrados entre as Beneficiárias e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);
- **b)** Os direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia que venham a ser celebrados pelas Beneficiárias, no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulado (ACR);
- **c)** Quaisquer outros direitos creditórios e/ou receitas que sejam decorrentes do PROJETO, inclusive aqueles relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste;
- **d)** Entre outros direitos.

v) A Paracatu Holding cederá fiduciariamente ao BNDES:

- **a)** Os direitos creditórios da "Conta Centralizadora Holding", conforme definida no Contrato DE Cessão Fiduciária; e
- **b)** Os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com as Beneficiárias, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

15.4. Prazo de amortização

O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago ao BNDES em 233 (duzentas e trinta e três) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de junho de 2019, observado o disposto na Cláusula Vigésima Terceira (Vencimento em Dias Feriados), comprometendo-se as Beneficiárias a liquidarem com a última prestação, em 15 (quinze) de outubro de 2038 todas as obrigações decorrentes deste Contrato.

15.5. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (*covenants*)

A Companhia possui empréstimo junto ao BNDES onde tal contrato contém a cláusula de cumprimento do *covenants* da obrigação de apuração de no mínimo 1,300 (1,3x) do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de acordo com os termos da cláusula 12ª no inciso XII do Contrato de Financiamento. O contrato de financiamento prevê o cálculo do índice do EBITDA no resultado consolidado ao nível da Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A.

Considerando as premissas aplicadas, o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado na Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021 representa ICSD = 1,52.

15.6. Suspensão de pagamentos em 2020 (*standstill*)

A Companhia obteve a suspensão temporária dos pagamentos do financiamento contratado com o BNDES pelo prazo de seis meses, benefício esse que estava incluso no pacote de medidas emergenciais anunciado pelo Governo Federal (*standstill*) em decorrência da pandemia da COVID-19. A carência do parcelamento direto teve início em maio de 2020 e esse pagamento foi retomado em novembro de 2020. Houve capitalização do saldo devedor sem alteração no prazo de amortização da dívida ou nas taxas de juros dos contratos. O benefício proporcionou alívio imediato no fluxo de caixa da Companhia. Em 2021 os pagamentos foram realizados sistematicamente e não houve novas ocorrências que justificassem um novo "*standstill*".

16. Tributos a pagar

Representado por:

	Companhia		Consolidado	
	12/2021	12/2020	12/2021	12/2020
Imposto de Renda	-	4.301	1.201.516	826.242
Contribuição Social	-	15.841	682.117	729.386
PIS	72	233	65.096	59.119
COFINS	443	1.432	300.516	273.176
ISS Retido s/ Serviços de Terceiros	-	-	11.840	8.779
INSS Retido s/ Serviços de Terceiros	-	-	36.127	18.069
Imposto de Renda Retido na Fonte	272	213	10.058	12.132
CRF - Contribuições Retidas na Fonte	472	661	31.761	18.886
ICMS	-	-	28.188	325
Total	**1.259**	**22.681**	**2.367.219**	**1.946.114**

17. Apuração do imposto de renda e contribuição social corrente e tributos diferidos

17.1. Apuração do imposto de renda e contribuição social

	Companhia					
	12/2021			12/2020		
	IRPJ	CSLL	Totais	IRPJ	CSLL	Totais
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	-	-		4.386.582	4.386.582	
(+) Adições	-	-		20.275	20.275	
(-) Exclusões	-	-		(4.155.423)	(4.155.423)	
Lucro (prejuízo) real antes da compensação	-	-		**251.434**	**251.434**	
(-) Compensação do prejuízo fiscal	-	-		(75.430)	(75.430)	
Base de cálculo Lucro Real	**-**	**-**		**176.004**	**176.004**	
IRPJ (15%) e CSLL (9%) devido	-	-	-	26.401	15.840	42.241
Adicional do IRPJ - 10%	-	-	-	-	-	-
Total do imposto/contribuição devido	**-**	**-**	**-**	**26.401**	**15.840**	**42.241**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	-	-	-	(26.401)	(15.840)	(42.241)
Total	**-**	**-**		**-**	**-**	**-**

	Consolidado					
	12/2021			12/2020		
	IRPJ	CSLL	Totais	IRPJ	CSLL	Totais
Receita bruta	128.350.170	128.350.170		126.531.815	126.531.815	
(-) Receitas tributadas em 2020	(17.813.156)	(17.813.156)				
(=) Receita tributável no período	110.537.014	110.537.014				
Alíquota presunção	8%	12%		8%	12%	
Lucro presumido	**8.842.961**	**13.264.442**		**10.122.545**	**15.183.818**	
Outras receitas	19.803.580	19.803.580		11.590.015	11.590.015	
Base de cálculo Lucro presumido	**28.646.541**	**33.068.022**		**21.712.561**	**26.773.833**	
Base de cálculo Lucro Real	**-**	**-**		**176.004**	**176.004**	
	-	-				
Base de cálculo Consolidada	**28.646.541**	**33.068.022**		**21.888.564**	**26.949.837**	
IRPJ (15%) e CSLL (9%) devido	4.296.637	2.976.122	7.272.759	3.283.285	2.425.485	5.708.770
Adicional do IRPJ - 10%	2.768.654	-	2.768.654	2.075.256	-	2.075.256
Total do imposto/contribuição devido	**7.065.291**	**2.976.122**	**10.041.413**	**5.358.541**	**2.425.485**	**7.784.026**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(7.065.291)	(2.976.122)	(10.041.413)	(5.358.541)	(2.425.485)	(7.784.026)
Diferido	3.456.947	1.254.211	4.711.158	410.550	234.657	645.208
Total	**(3.608.344)**	**(1.721.911)**	**(5.330.255)**	**(4.947.990)**	**(2.190.828)**	**(7.138.818)**

17.2. Movimentação do diferido – passivo

	Consolidado					
	IRPJ e CSLL			PIS e COFINS		
Natureza dos créditos	Saldo 31/12/2020	Provisão	Reversão provisão	Provisão	Reversão Provisão	Saldo 31/12/2021
Mercado Curto Prazo (Não Faturado) Energia de Reserva (Não Faturado)	669.176	3.245.395	(3.254.554)	4.187.303	(4.198.154)	649.166
Performance Negativa SDBR	4.702.000	-	(4.702.000)	-	-	-
	5.371.176	**3.245.395**	**(7.956.554)**	**4.187.303**	**(4.198.154)**	**649.166**

17.3. Imposto de renda e contribuição social diferido – resultado

		Consolidado			
		12/2021			12/2020
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Mercado curto prazo (não faturado) Energia de reserva (não faturado)	10.002.460	3.456.947	1.254.211	4.711.158	621.208
Performance negativa SDBR	-	-	-	-	24.000
		3.456.947	**1.254.213**	**4.711.158**	**645.208**

Os valores de tributos diferidos, referem-se as diferenças temporárias dos impostos sobre as provisões de Energia de Reserva que são revertidos no mês subsequente ao de geração, mediante emissão de nota fiscal e sobre a provisão do valor de caráter punitivo relativo ao não cumprimento de cláusula contratual pela Solairedirect Brasil Energia e Consultoria Ltda, responsável pelo gerenciamento e performance das unidades geradoras de Energia.

18. Adiantamento de clientes - consolidado

O adiantamento de clientes representa os valores recebidos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), referente à geração de energia, aguardando emissão de nota fiscal em 2020 e regularizado ao longo de 2021.

Representado por:

	31/12/2021	31/12/2020
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	-	17.813.154
Total	**-**	**17.813.154**

19. Provisões

As provisões representam despesas incorridas pela Companhia, ou cuja ocorrência se dará no próximo exercício fiscal. Os valores foram estimados com confiabilidade e precisão, sendo provável que o desembolso de recursos ocorrerá para a liquidação da obrigação.

Representado por:

	Companhia		Consolidado	
	12/2021	12/2020	12/2021	12/2020
Provisão de contas a pagar *	-	-	-	51.758.423
Provisão penalidade CER - Ano 4	-	-	3.923.432	216.544
Provisão serviços a pagar SDBR	-	-	44.349	64.921
Provisão de Serviços - ENGIE Solar S.A.S	-	-	401.690	-
Total	**-**	**-**	**4.369.471**	**52.039.888**

(*) O valor citado na rubrica de “Provisões de contas a pagar” tratava-se da provisão de serviços e aquisição de equipamentos junto a Solairedirect Brasil Consultoria e demais fornecedores, para construção do parque solar. Em 20/07/2021, a provisão foi revertida pela emissão das notas fiscais, que compôs o custo do Parque Solar.

20. Outras contas a pagar

Representado por:

	Companhia		Consolidado	
	12/2021	12/2020	12/2021	12/2020
Penalidade a pagar CER – Ano 3 (*)	-	-	4.963.906	18.680.637
Contas a pagar - SDBR	-	-	1.056	490.455
Contas a pagar - ENGIE Brasil Energia S.A	-	-	-	102.703
Total	-	-	**4.964.962**	**19.273.795**

(*) Representa os ressarcimentos à CCEE no fechamento do contrato anual, decorrente de Performance Negativa entre a energia contratada e a energia entregue para a CCEE.

21. Provisão para contingências

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível. A Administração apoiada na opinião de seus assessores jurídicos legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia possui contingências com probabilidade de perda provável no montante de R$ 286.915 referente ações de servidão. Desta forma houve constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2021, os processos com perdas possíveis sumarizaram o montante consolidado de R$ R$ 60.671.065,58 em nome da ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. e suas controladas.

	Companhia		Consolidado	
	12/2021	12/2020	12/2021	12/2020
Provisão Indenizações Judiciais	-	-	286.915	286.915
Total	**-**	**-**	**286.915**	**286.915**

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital Social

O Capital Social totalmente subscrito e integralizado no valor total de R$ 256.788.055 (duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e oitenta e oito mil e cinquenta e cinco reais) divididos em 256.788.055 (duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e oitenta e oito mil e cinquenta e cinco) ações ordinárias e nominativas no valor nominal de R$ 1,00 cada, distribuídos conforme a seguir:

Acionista	2021	2020	Participação no capital
Solairedirect Holding S.A.	256.788.055	256.788.055	100%
Total	**256.788.055**	**256.788.055**	**100%**

Ocorreu em 01/04/2020, aumento do capital social no valor de R$ 470.795.263, utilizando o saldo já aportado como AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital) pela Solairedirect Holding S.A.

Ocorreu em 16/12/2020, redução do capital social no valor de R$ 360.478.006, com o respectivo cancelamento das ações correspondentes e mediante a restituição do montante à acionista pela Solairedirect Holding S.A.

22.2. Reserva Legal

Do lucro líquido ao final do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

No exercício de 2021, a movimentação é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	965.629	748.412
Movimentação	-	217.217
Saldo no final do exercício	**965.629**	**965.629**

22.3. Reserva de Lucros

A composição da reserva de lucros é demonstrada a seguir:

	12/2021
Exercício 2017	(3.907.274)
Exercício 2018	4.057.919
Exercício 2019	10.742.848
Exercício 2020	3.116.071
Exercício 2021	(20.914.648)
Total	**(6.905.084)**

22.4. Dividendos

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social;

b) Do saldo restante, feitas as deduções e destinações referidas acima, será distribuído aos acionistas um dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, pagável no prazo de 60 dias a contar da data de sua declaração, salvo deliberação em contrário da Assembleia geral; e

c) O saldo remanescente será destinado à conta de reserva de lucros, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral.

Em assembleia realizada no dia 30/04/2021 os acionistas renunciaram o recebimento dos dividendos apurados em 2020. O saldo de dividendos a pagar foi revertido e destinado à conta de reservas de lucros.

22.5. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas no período findo em 31 de dezembro de 2021 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação, comparativamente com o mesmo período de 2020.

A Companhia não possui instrumentos financeiros com potencial de diluição do resultado por ação, assim, os resultados básicos e diluídos por ações são iguais para todos os exercícios apresentados.

	12/2021	12/2020
Resultados dos exercícios	(21.946.429)	4.344.341
Quantidade de ações	256.788.055	256.788.055
Resultados básicos e diluídos por ações - em R$	**(0,085)**	**0,017**

23. Receita operacional líquida

Representado por:

	Companhia		Consolidado	
	12/2021	12/2020	12/2021	12/2020
Receita bruta de venda e serviços				
Fornecimento de energia de reserva - (faturado)	-	-	127.175.694	104.966.014
Energia elétrica CP - geração própria (faturado)	-	-	1.174.475	234.700
Fornecimento de energia de reserva retida (faturado)	-	-	-	21.331.101
Total receita faturada	-	-	**128.350.169**	**126.531.815**
Fornecimento de energia de reserva - (não faturado)	-	-	(16.793.708)	316.951
Energia elétrica CP - geração própria (não faturado)			(1.174.475)	(234.700)
Fornecimento de energia de reserva retida (não faturado)	-	-	-	(21.331.101)
Performance Negativa CCEE	-	-	(8.395.322)	(18.034.722)
Deduções por atraso e desempenho	-	-	(107.200)	-
Total receita a faturar/performance negativa/ desempenho	-	-	**(26.470.705)**	**(39.283.571)**
Total Receita Bruta	-	-	**101.879.464**	**87.248.244**
Deduções da receita bruta				
PIS	-	-	(718.491)	(822.457)
COFINS	-	-	(3.316.111)	(3.795.955)
PIS diferido	-	-	1.933	141.229
COFINS diferido	-	-	8.920	651.826
Total deduções	-	-	**(4.023.749)**	**(3.825.357)**
Receita operacional liquida	-	-	**97.855.715**	**83.422.887**

24. Custo de produção de energia

Os custos de produção de Energia constituem-se nos valores abaixo:

	Companhia		Consolidado	
	12/2021	12/2020	12/2021	12/2020
Encargos do uso do sistema de transmissão			(6.240.701)	(5.711.660)
Consumo de energia	-	-	(356.153)	(231.435)
Depreciação e amortização	-	-	(23.572.322)	(22.472.027)
Amortização direito de uso (aluguéis)	-	-	(490.531)	(387.146)
Outros custos (*)	-	-	(8.769.961)	(5.634.141)
Total	**-**	**-**	**(39.429.668)**	**(34.436.410)**

(*) Outros custos incluem seguros, serviços de manutenção, segurança e vigilância, aluguéis de veículos e equipamentos, energia elétrica, serviços de engenharia, consultoria técnica, limpeza e conservação, entre outros. Estes gastos são necessários para operação do parque solar.

25. Despesas gerais e administrativas

As despesas operacionais são representadas por:

	Companhia		Consolidado	
	12/2021	12/2020	12/2021	12/2020
Utilidades e serviços	-	(132)	(3.692)	(1.138)
Telecomunicações	-	-	(146.825)	(113.175)
Serviços tomados PJ	(93.496)	(95.344)	(2.204.148)	(1.542.022)
Despesas gerais	(10.230)	(19.310)	(455.891)	(351.353)
Tributos	(3.904)	(6.148)	(433.130)	(825.485)
Ocupação	-	-	-	(13.477)
Indenizações judiciais	-	-	(131.471)	-
Depreciação/Amortização	-	-	(5.533)	-
Total	**(107.630)**	**(120.934)**	**(3.380.690)**	**(2.846.650)**

26. Outras receitas (despesas)

O grupo é representado por:

	Companhia		Consolidado	
	12/2021	12/2020	12/2021	12/2020
Outras Receitas				
Remessa em garantia (*)	-	-	16.049	12.974
Venda na alienação de Imobilizados	-	-	57	-
Receitas c/ créditos de carbono	-	-	1.660	272.128
Bonificações recebidas	-	-	2.149.955	-
Doações Recebidas (**)	-	-	138.937	-
Outras receitas	-	272.128	997	212.858
Total outras receitas	**-**	**272.128**	**2.307.655**	**497.961**
Outras (Despesas)				
Projeto social água limpa	-	-	-	(106.326)
Outras despesas não operacionais	-	(20.275)	-	(24.674)
Remessa em garantia (*)	-	-	(356.335)	(302.391)
Indenizações judiciais	-	-	-	(801.549)
Doações	-	-	-	(31.983)
Perdas de Créditos Não Liquidados	-	-	(1.200)	-
Créditos de carbono	-	-	-	(144.792)
Outras despesas	-	-	(11.285)	-
Total outras despesas	**-**	**(20.275)**	**(368.820)**	**(1.411.715)**

(*) Remessas recebidas para a substituição de equipamentos danificados e/ou com defeitos.

(**) As doações recebidas referem-se a equipamento de medição de sujidade, utilizado para medir a quantidade de sujeira acumulada nos módulos de geração de energia fotovoltaica. O aparelho foi enviado do Reino Unido por Campbell Scientifc Ltd em 22/04/2021. Por se tratar de uma importação, o valor da receita é deduzido dos custos de impostos incidentes.

27. Resultado financeiro

Representado por:

	Companhia		Consolidado	
	12/2021	12/2020	12/2021	12/2020
Rendimentos de aplicações financeiras	61.816	101.317	4.088.722	10.117.029
Variação monetária ativa	-	4	122.962	331.719
Descontos obtidos	-	-	151	1
Juros Ativos	4	-	438	-
Receitas financeiras	**61.820**	**101.321**	**4.212.273**	**10.448.749**
Variação monetária passiva	-	-	(3.222)	(5.065)
Tarifas bancárias	(861)	(775)	(20.660)	(19.697)
Juros passivos	-	(176)	(12.656)	(10.595)
IOF/IOC	(26)	(130)	(65.516)	(1.306.814)
Multas	-	-	(27.785)	(8.299)
Juros s/ empréstimos	-	-	(75.782.020)	(41.323.378)
Comissões BNDES	-	-	(88.000)	-
Juros (AVP) CPC 06 (R2)	-	-	(1.607.273)	(1.340.670)
Remunerações Citibank	-	-	(205.507)	(177.145)
Despesas financeiras	**(887)**	**(1.081)**	**(77.812.639)**	**(44.191.663)**
Resultado financeiro	**60.933**	**100.240**	**(73.600.366)**	**(33.742.914)**

O aumento da despesa financeira deve-se ao aumento do IPCA sobre os empréstimos ao longo do exercício de 2021 em comparação ao exercício de 2020.

28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

28.1. Gerenciamento de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (inflação e juros) e risco de liquidez, ao qual a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Companhia procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir:

28.2. Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação monetária. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber e fornecedores.

28.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). Os riscos de crédito nas atividades operacionais da Companhia são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento das duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

28.4. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, para que haja recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações.

28.5. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

A Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

- **Nível 1** – Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos, seja indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;
- **Nível 3** – Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Segue abaixo o quadro de classificação por nível de risco:

	2021		2020	
Companhia	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 1**	**Nível 2**
Caixa e bancos	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	1.465.773	-	1.536.854
Total	**-**	**1.465.773**	**-**	**1.536.854**

	2021		2020	
Consolidado	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 1**	**Nível 2**
Caixa e bancos	10.508.025	-	13.138.981	-
Aplicações financeiras	-	74.688.075	-	107.371.940
Aplicações financeiras vinculadas	-	15.038.488	-	13.546.731
Total	**10.508.025**	**89.726.563**	**13.138.981**	**120.918.671**

Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria e valor justo:

Companhia:	2021		2020	
Ativo	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	1.465.773	1.465.773	1.536.854	1.536.854
Total ativos financeiros	**1.465.773**	**1.465.773**	**1.536.854**	**1.536.854**

Consolidado:	2021		2020	
Ativo	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Custo amortizado				
Caixa e bancos	10.508.025	10.508.025	13.138.981	13.138.981
Contas a receber	10.002.460	10.002.460	28.112.940	28.112.940
Outros ativos não circulantes	1.939.890	1.939.890	13.900.000	13.900.000
Total ativos financeiros	**22.450.375**	**22.450.375**	**55.151.921**	**55.151.921**

Consolidado:	2021		2020	
Ativo	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	74.688.075	74.688.075	107.371.940	107.371.940
Aplicações financeiras vinculadas	15.038.488	15.038.488	13.546.731	13.546.731
Total ativos financeiros	**89.726.563**	**89.726.563**	**120.918.671**	**120.918.671**

Consolidado:	2021		2020	
Passivo	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Passivo pelo custo amortizado				
Fornecedores	4.398.751	4.398.751	11.785.999	11.785.999
Financiamentos	517.278.043	517.278.043	494.920.910	494.920.910
Total passivos financeiros	**521.676.794**	**521.676.794**	**506.706.909**	**506.706.909**

29. Eventos subsequentes

Em março de 2022, a Engie Brasil Energias Complementares Participações Ltda empresa controlada pela Engie Brasil Energia S.A adquiriu 100% das ações da Solairedirect Holding Brasil S.A. (“Solairedirect”), detentora dos Conjuntos Fotovoltaicos Paracatu e Floresta, e ENGIE Solar Brasil Energia e Consultoria Ltda. (“ENGIE Solar”), ambas pertencentes ao Grupo ENGIE. O Conselho de Administração da ENGIE Brasil Energia instalou um Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas (“CPR”), para avaliar a operação de aquisição. O CPR também contratou as seguintes consultorias independentes para apoiar no processo, das quais: (i) due diligence legal e apoio na negociação do contrato de compra e venda; (ii) due diligence contábil, financeira, tributária e trabalhista; (iii) due diligence técnica; e (iv) consultoria para a emissão de opinião sobre a avaliação e geração de valor dos ativos (fairness opinion).

Após a realização das devidas due diligences, avaliações dos ativos e negociações dos termos e condições da operação, realizados com o apoio de consultorias especializadas contratadas pelo CPR, este enviou um relatório com sua recomendação ao Conselho de Administração, que aprovou a aquisição das empresas em reunião realizada em 14.02.2022. A conclusão da operação ocorreu após o atingimento das condições precedentes previstas no contrato, em 16.03.2022, pelo montante R$ 692 milhões, sendo R$ 36 milhões sujeitos ao atingimento de condições estabelecidas no contrato.

***

Declaração do Diretor sobre as Demonstrações Contábeis

Declaramos, na qualidade de diretor e contadora da ENGIE Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A (“Companhia”), sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, CEP 04.571-926, inscrita no CNPJ sob o nº 26.545.074/0001-05, revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações contábeis, assim como com a opinião expressa no relatório do auditor independente referente ás demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 20 de maio de 2022

José Luiz Jansson Laydner
Diretor

Amanda Aparecida Mota
Contadora

* * *